

1. Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Associação Social e Cultural de S. Nicolau

Sede : Rua da Reboleira, 59

4050-492 PORTO

Endereço eletrónico: ascsnicolau@sapo.pt

Natureza da atividade: Atividades de apoio social com alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico usado

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime de periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

- Material de agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As Políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a segunda-feira, 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases da mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estimem que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo da aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Tabela da vida útil dos ativos fixos tangíveis

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, foram consideradas como custo diferido em 5 anos.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos físicos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vida úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos em vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Inventários

As mercadorias matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo da aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no passivo corrente.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se tenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item “Outras variações nos capitais próprios”, são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Fluxos de caixa**4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	2.118,89 €	304,58 €
Depósitos à ordem	57.050,22 €	58.481,70 €
Depósitos a Prazo	342.878,08 €	336.341,87 €
Total Caixa e Depósitos Bancários	402.047,19 €	395.128,15 €

5. Clientes conta corrente e fornecedores conta corrente

A Entidade detinha, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os seguintes saldos na conta de clientes e fornecedores.

Descrição	Saldo devedor 2015	Saldo credor 2015	Saldo devedor 2014	Saldo credor 2014
Clientes e utentes C/C	30.953,45 €		28.590,31 €	123,74 €
Total	30.953,45 €	- €	28.590,31 €	
Fornecedores		12.790,61 €		14.155,57 €
Total	- €	12.790,61 €	- €	14.155,57 €

6. Impostos e contribuições**6.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições**

Descrição	Saldo devedor 2015	Saldo credor 2015	Saldo devedor 2014	Saldo credor 2014
Iva a recuperar - Obras			1.791,22 €	
Retenção de impostos sobre rendimentos		1.311,66 €		2.319,97 €
Contribuições para a Segurança Social		6.101,00 €		6.637,20 €
Fundos de Compensação		27,62 €		15,21 €
Total		7.440,28 €	1.791,22 €	8.972,38 €

7. Outras contas a receber e a pagar

As rubricas “outras contas a receber e a pagar” tinham, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a seguinte decomposição:

Descrição	Ano 2015	Ano 2014
Outras contas a receber		
I.E.F.P	6.338,64 €	9.055,20 €
PT Comunicações	22,45 €	22,45 €
Rute Pereira	85,61 €	
Maria Carmo Alves Ribeiro	25,81 €	
Águas do Porto	99,76 €	99,76 €
António Paranhos	1,80 €	
Bernardino Moreira	1.561,14 €	887,48 €
Total	8.135,21 €	10.064,89 €
Outras contas a pagar		
Sindicato	37,59 €	39,06 €
Remunerações a Liquidar -Férias e Subs.Férias 2013	46.562,83 €	45.269,30 €
Lusohigin		232,48 €
Multimac		20,12 €
Álvaro Silva	110,00 €	
Margarida Aguiar	318,50 €	
Marta Rocha	252,65 €	
Maria Lasalette	58,80 €	
Nuno Reis	357,75 €	
José Gouveia	1.940,47 €	
Vales Gasomed/vital	50,00 €	
Maria Flor Silva	4,49 €	
Maria Fernanda Rodrigues	3,32 €	
Quotas	36,00 €	
Penhora Vencimento - Tribunal	318,87 €	
Fatima Anjos	53,48 €	
Ilda Lopes	573,35 €	
Guilhermina Pires	2.082,18 €	
Júlia Alves	9.159,97 €	
Ermelinda Silva	623,17 €	
M ^a . Deolinda Carneiro	414,20 €	
Laurinda Verdade	2.261,38 €	
J.L. Fonseca	250,00 €	
Jorge Vilarinho	420,00 €	
Utente - com Dinheiro Aguarda na Instituição		21.187,86 €
EDP	1.698,84 €	
Total	67.587,84 €	66.748,82 €

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	Ano 2015	Ano 2014
Gastos a reconhecer		
Seguros	657,11 €	521,52 €
Total	657,11 €	521,52 €
Rendimentos a Reconhecer		7.783,77 €
I.E.F.P - 035/CEI+/14	2.787,73 €	7.783,77 €
Total	2.787,73 €	7.783,77 €

9. Inventários

9.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre esta natureza de inventários, conforme quadro seguinte:

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2015	2014
Saldo inicial	1.422,96 €	729,27 €
Compras	46.269,29 €	44.159,81 €
Reclassificação Regularização Inventário	12.559,56 €	17.084,46 €
Saldo final	1.100,09 €	1.422,96 €
Gastos do período	59.151,72 €	60.550,58 €

10. Ativos fixos tangíveis

Divulgação sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2014	Adições	Abate	Transf.	31-12-2015
Terrenos e recursos naturais	50.000,00 €				50.000,00 €
Edifícios e outras construções	260.265,90 €				260.265,90 €
Equipamento básico	162.244,84 €	344,72 €			162.589,56 €
Equipamento administrativo	35.407,54 €				35.407,54 €
Outros AFT					- €
AFT em curso	4.797,00 €				4.797,00 €
Ativo Fixo Tangível Bruto	512.715,28 €	344,72 €	- €	- €	513.060,00 €
Edifícios e Outras Construções	106.339,32 €	4.774,81 €			111.114,13 €
Equipamento básico	157.857,84 €	1.062,77 €			158.920,61 €
Equipamento administrativo	35.192,13 €	107,58 €			35.299,71 €
Outros AFT					- €
Depreciações acumuladas	299.389,29 €	5.945,16 €	- €	- €	305.334,45 €
Ativo Tangível Líquido	213.325,99	-5.600,44	0,00	0,00	207.725,55

11. Fundos patrimoniais

Nos “fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo Inicial	45.645,94 €			45.645,94 €
Resultados transitados	299.747,41 €	19.031,44 €		318.778,85 €
Total Fundo Inicial e Reult. transitados	345.393,35 €	19.031,44 €	- €	364.424,79 €
Outras Variações F. Patrimoniais	188.749,46 €	- €	4.167,96 €	184.581,50 €
Subsídios ao Investimentos	138.749,46 €		4.167,96 €	134.581,50 €
Doação	50.000,00 €			50.000,00 €
Total dos Fundos Patrimoniais	534.142,81 €			549.006,29 €

12. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes réditos

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Prestação de serviços	264.394,52 €	263.991,98 €
Quotas de utilizadores	262.912,52 €	262.050,48 €
Jóias e Quotizações	1.482,00 €	1.941,50 €
Outros rendimentos e ganhos	29.618,86 €	57.337,10 €
Proveitos Suplementares	893,88 €	1.220,01 €
Subsídios ao investimento	4.167,96 €	4.167,96 €
Donativos	20.595,87 €	50.098,99 €
Corr. Ret. Per. Anteriores	3.369,10 €	556,68 €
Outros-Descontos obtidos	592,05 €	1.293,46 €
Juros Dividendos e outros Rendimentos	6.536,21 €	6.341,87 €
Depósitos bancários	6.536,21 €	6.341,87 €
Total	300.549,59 €	327.670,95 €

13. Subsídios do Governo e apoios do Governo

13.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

13.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	2015				2014		
	Natureza	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
IPSS, IP (dotações)	não reembolsável			251.981,10			265.099,06
I.E.F.P	não reembolsável			4.996,04			1.271,43
Total	0,00	0,00	0,00	256.977,14	0,00	0,00	266.370,49

14. Fornecimentos e serviços externos**14.1. Discriminação de fornecimento e serviços externos**

Para os períodos de 2015 e 2014 os fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

Descrição	Ano 2015	Ano 2014
Trabalhos especializados	2.427,99 €	8.325,94 €
Vigilância e Segurança	60,00 €	60,00 €
Honorários	38.335,95 €	37.765,67 €
Conservação e reparação	9.307,66 €	25.189,33 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.430,72 €	3.745,58 €
Material de escritório	1.445,23 €	2.496,28 €
Artigos p/ oferta	455,00 €	397,55 €
Material didático	89,82 €	258,02 €
Jornais e Revistas	337,00 €	317,00 €
Eletricidade	20.959,05 €	19.785,17 €
Água	4.217,90 €	3.976,25 €
Outros fluidos - gás	8.813,36 €	7.130,59 €
Deslocações e Estadas	1.233,50 €	1.293,25 €
Rendas		548,50 €
Comunicação	2.695,29 €	2.575,16 €
Seguros	495,68 €	285,33 €
Contencioso e Notariado	30,75 €	61,50 €
Despesas de Representação	95,95 €	207,10 €
Limpeza, higiene e conforto	18.155,53 €	23.190,45 €
Encargos c/ saúde dos Utentes e vestuário e calçado	28.534,83 €	23.113,21 €
Outros Serviços	164,56 €	786,34 €
Total	140.285,77 €	161.508,22 €

15. Outros gastos e perdas

Para os períodos de 2015 e 2014 os outros gastos e perdas foram os seguintes:

Descrição	Ano 2015	Ano 2014
Taxas e impostos	1.406,83 €	1.353,59 €
Quotizações	332,22 €	300,00 €
Cor. Rel. Per. Anteriores	976,87 €	5.432,94 €
Multas	550,22 €	2.091,00 €
Total	3.266,14 €	7.086,53 €

16. Benefícios aos empregados

O número médio de colaboradores ao serviço da entidade durante o exercício de 2015 foi de 31, colaboradores

16.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	ANO 2015	ANO 2014
Gasto com o pessoal	337.286,18 €	337.632,02 €
Remunerações	261.826,63 €	268.648,99 €
Remunerações Certas	261.826,63 €	268.648,99 €
Remunerações Adicionais	3.562,38 €	4.909,57 €
Indiminizações	5.000,00 €	1.567,40 €
Encargos sobre remunerações	56.572,41 €	56.963,80 €
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.624,31 €	1.080,44 €
Outros Gastos C/ Pessoal	8.700,45 €	4.461,82 €
- Formação	7.019,06 €	1.609,70 €
- Apoio Médico	1.560,85 €	
- Vestuário e calçado		2.852,12 €
- Férias n/ Gozadas	120,54 €	

17. Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos de mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

18. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.